Revista Educação, Direito e Sociedade

ISSN 3086-2531

POR QUE TODA A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA DEVERIA ALCANÇAR 'NÍVEIS DE PODER CIDADÃO' NA PARTICIPAÇÃO DA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS DE QUALIDADE?

¿POR QUÉ TODA LA SOCIEDAD CIVIL ORGANIZADA DEBERÍA ALCANZAR 'NÍVELES DE PODER CIUDADANO' EN LA PARTICIPACIÓN DE LA DEFINICIÓN DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES DE CALIDAD?

Ery Jardim
Doutor em Educação pela Universidade La Salle. Integra o Greening Education Partnership (GEP) UNESCO, colaborando com iniciativas de sustentabilidade e reorientação de currículos para atender às demandas educacionais do século XXI.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5035-3144
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7715228546312386

Cláudio André Dierings
Mestre em Educação pela Universidade La Salle. Diretor do Colégio La Salle Niterói. Tem experiência na área de Teologia, Gestão escolar e de Pessoas, Práticas Educacionais, Processos, Projetos, Pastoral Escolar e Formação Continuada.
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-8847-0704
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6852508248823926

Hildegard Susana Jung
Doutora em Educação. Bolsista de produtividade do CNPq. Coordenadora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle. Docente dos cursos de Licenciatura dessa universidade.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5871-3060
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6822877165900478

RESUMO: As políticas públicas devem promover uma educação mais inclusiva, sensível à diversidade cultural e social, superando visões não centradas no bem-estar humano e na promoção do desenvolvimento integral. A colaboração entre atores da sociedade civil organizada e governos que investem em educação é fundamental aos avanços propostos pela UNESCO e ONU. Este ensaio orienta-se pela ecologia dos saberes, proposta por Boaventura Santos (2009) e projeta-se no envolvimento da sociedade civil organizada em oito degraus da escada de participação proposta por Sherry R. Arnstein (1969): manipulação, terapia, informação, consulta, envolvimento, compartilhamento, delegação e controle das políticas públicas. O objetivo consiste em explorar como a sociedade civil organizada, sobretudo grupos menos favorecidos, deveriam apropriar-se das políticas públicas para

Revista Educação, Direito e Sociedade

ISSN 3086-2531

promover uma ecologia dos saberes. O método da construção da resposta a esta pergunta foi baseado na Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2013). Os resultados apontam que a participação ativa da sociedade civil organizada é força essencial à construção de políticas públicas abrangentes, justas e eficazes. É necessário um esforço conjunto de governos, instituições e sociedade civil para promover uma abordagem inclusiva e participativa, garantindo que as políticas públicas reflitam a diversidade e necessidades das comunidades.

Palavras-chave: Participação política; Políticas educacionais; Cidadania; Qualidade da educação.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio temos como objetivo explorar como a sociedade civil organizada, sobretudo os grupos menos favorecidos, deveriam se apropriar das políticas públicas para promover uma ecologia dos saberes (Souza Santos, 2006,2009,2014). al apropriação revela como e onde a elaboração de políticas mais inclusivas e plurais deve acontecer. Com base em uma abordagem interdisciplinar e crítica, buscamos responder ao problema reflexivo elaborado na seguinte pergunta: Por que toda a sociedade civil organizada deve alcançar 'níveis de poder cidadão' na participação da definição de políticas públicas educacionais de qualidade?

Para iluminar nossa reflexão, trazemos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015, como um referencial da intenção social pela qualidade da educação. O objetivo 4, intitulado de Educação de Qualidade, se propôs a assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos[1]. Os impactos dessa agenda são mensurados e acompanhados em 169 metas globais, sendo que para o ODS 4 - Educação de Qualidade, tem 7 metas que deverão ser cumpridas até 2030. No Brasil, apesar de inúmeras organizações da sociedade civil promoverem ações somativas para o atingimento das metas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) associado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

[1] Fonte: https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html

ISSN 3086-2531

Teixeira/Ministério da Educação e Cultura (INEP/MEC) coordenam a compilação e a divulgação dos resultados, bem como pelas ações propostas.

No Brasil, quase uma década depois da divulgação dos ODS, foi criada pelo Decreto Presidencial 8.892/16, a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e realizada a nomeação e posse dos seus 16 representantes, sendo 8 representantes de Governo (Secretaria de Governo da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cidadania; Ministério da Economia; Ministério do Meio Ambiente; representante dos níveis estadual/distrital; representante do nível municipal) e 8 representantes da sociedade civil organizada do setor privado, escolhidos por edital público. A Comissão tem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como órgãos de assessoramento técnico permanente. A Secretaria Executiva da CNODS é exercida pela Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República[2].

Inúmeras áreas de governo e organizações não-governamentais não foram “chamadas” para a composição deste grupo, diminuindo a representatividade plena da sociedade civil organizada, ocasionando uma insuficiente diversidade de vozes e perspectivas de diversas minorias sociais que não receberam investimentos e planos públicos para uma Educação de Qualidade. Afirma-se, preliminarmente, que grupos minoritários ou comunidades com interesses específicos não estão adequadamente representados, o que impacta no acompanhamento e no apoio da construção política do que é possível entender por qualidade.

A falta ou a limitação da participação de diversos atores da sociedade nas instâncias reflexivas e de acompanhamento das diretrizes da Agenda 2030, por exemplo, acabam potencializando a discriminação e o acobertamento de temas que são fundamentais para cogitar o currículo escolar. Soma-se a isso a ausência de livros e recursos pedagógicos que retratem de forma precisa e respeitosa os temas das minorias, dificultando o trabalho dos educadores e comprometendo a qualidade do

[2] Fonte: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2017/06/imbassahy-empossa-os-representantes-da-comisso-nacional-para-os-ods.html.

ISSN 3086-2531

ensino. Outro obstáculo é o preconceito de alguns setores da sociedade, que resistem a inserir representantes de grupos minoritários nos fóruns de formulação de políticas públicas, dado o momento polarizado que vivemos.

Por fim, é importante destacar a incapacidade de fiscalização e acompanhamento efetivo por parte das autoridades responsáveis pela educação, acentuando a não observância do cumprimento destas leis e políticas. Por certo, sem uma fiscalização adequada, fica difícil garantir que as escolas estejam cumprindo efetivamente a lei educacional e os objetivos de qualidade. Somente com esforços conjuntos e contínuos se poderá promover uma educação de melhor qualidade.

HORIZONTES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Uma forma de se aproximar e atingir os objetivos propostos em nível internacional e nacional para a qualidade da educação seria preparar os agentes da educação para que observem e analisem as Políticas Públicas conforme os critérios-chave que a *School of Political Science*[3] (SPA, 2023) define como fundamentais para que haja efetividade, eficiência e eficácia nas aplicações das Políticas Públicas Educacionais. O Quadro 01 apresenta as características-chave, pois, diante desses desafios de inclusão, é necessário definir critérios que caracterizam políticas públicas de qualidade – daí a apresentação das características a seguir:

Quadro 01: Características-chave das políticas públicas

Ter um objetivo orientado à raiz do problema e não às suas consequências	Metas e objetivos específicos orientam as políticas públicas. Visa abordar problemas sociais, promover o bem-estar público e alcançar os resultados desejados dentro de um determinado contexto. As políticas são formuladas para trazer mudanças positivas e causar um impacto mensurável nas questões visadas.
Ter o interesse de todos os públicos, inclusive os minoritários	A política pública está enraizada no conceito de servir o interesse público. Beneficia a sociedade em geral, em vez de indivíduos ou grupos específicos. As políticas destinam-se a abordar preocupações comuns, melhorar o bem-estar social e garantir a distribuição equitativa de recursos e oportunidades.
Ter autoridade e legitimidade chancelada por todos os atores	Organizações públicas legítimas ou agências governamentais criam e executam políticas públicas. Funciona de acordo com as leis e a constituição do país e reflete o mandato e a autoridade conferidos a

[3] Fonte: https://schoolofpoliticalscience.com/characteristics-of-public-policy/.

ISSN 3086-2531

envolvidos	funcionários eleitos ou administradores nomeados.
Tomar decisões que façam parte de um processo contínuo	A política pública é criada por um processo de tomada de decisão. Compreende reconhecer questões sociais, adquirir dados sobre essas questões, selecionar opções e, finalmente, escolher o melhor curso de ação para resolver os problemas. Os formuladores de políticas consideram vários fatores, incluindo pesquisas baseadas em evidências, opiniões de especialistas, contribuições das partes interessadas e considerações políticas para tomar decisões informadas.
Dar acesso aos instrumentos de política com todas as dimensões estratégicas, táticas e operacionais	A política pública emprega uma série de instrumentos ou ferramentas para atingir seus objetivos. Esses instrumentos são legislação, regulamentação, tributação, subsídios, incentivos, campanhas de informação e arranjos institucionais. Os instrumentos de política são escolhidos com base em sua eficácia, viabilidade e no contexto específico em que são aplicados.
Implementar e avaliar em ciclos de melhoria contínua	A política pública vai além da formulação. Requer implementação efetiva e avaliação contínua. As políticas devem ser traduzidas em etapas acionáveis. Aloca os recursos necessários e os implementa pelos órgãos administrativos competentes. A avaliação é essencial para avaliar os resultados das políticas, identificar áreas de melhoria e informar futuras decisões políticas.
Ser dinâmica e adaptável a cada avanço ou mudanças que acontecem num contexto BANI (Frágil, Ansioso, Não-linear e incompreensível)	A política pública não é estática. Ela evolui e se adapta ao longo do tempo em resposta às mudanças nas circunstâncias, necessidades sociais e desafios emergentes. Os formuladores de políticas as reavaliam continuamente para considerar novas evidências, avanços tecnológicos e feedback das partes interessadas para garantir que as políticas permaneçam relevantes e práticas.
Engajar todas as partes interessadas e mantê-las informadas	A política pública é a soma do envolvimento de várias partes interessadas, incluindo cidadãos, grupos de interesse, empresas e especialistas. Sua contribuição ajuda a moldar as decisões políticas, garantir a responsabilidade, aumentar a legitimidade e a eficácia do processo de formulação das políticas.

Fonte: *School of Political Science* (SPA, 2023).

Essas características permitem que os governos enfrentem os desafios sociais, promovam o bem-estar público e criem uma estrutura para governança e tomada de decisões das suas iniciativas de progressão das questões educacionais. Então, ao abordar problemas sociais, promover o bem-estar público e alcançar os resultados desejados dentro de um determinado contexto educacional, exigem das políticas públicas formulações, análises e acompanhamento para trazer mudanças positivas e causar um impacto mensurável. As políticas públicas devem expressar o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo os grupos de interesse, com menos

ISSN 3086-2531

representatividade, dado que estes grupos ajudariam, sobremaneira, a moldar as decisões políticas e garantir que os direitos e as responsabilidades sejam cumpridos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal. O chamado controle social deveria ocorrer por meio de diversos canais, sendo os mais comuns os conselhos gestores de políticas públicas dos estados e municípios (Conselhos de Assistência Social, Saúde, Educação). Estes objetivam garantir a participação da sociedade na avaliação, fiscalização, monitoramento e formulação de políticas públicas, caracterizando-se como instrumentos fundamentais no aprofundamento da democracia e na efetivação das políticas públicas. Estes pontos de encontro têm como premissas, promover o amplo debate com os atores locais, articulados pelo Ministério Público, tendo igual número de conselheiros governamentais e representantes da sociedade civil organizada (não-governamentais).

Os Conselhos deveriam ser espaços democráticos e contar com a participação dos variados segmentos e posicionamentos, garantindo a pluralidade do debate, reflexo da heterogeneidade intrínseca à sociedade. A representação do Ministério Público não deveria ser apenas como de conselheiros/integrantes do colegiado. A participação desses representantes deveria se dar de forma a acompanhar o Conselho, garantir seu funcionamento de forma efetiva e democrática, e fomentar o comprometimento do órgão gestor municipal com as deliberações do colegiado. Os conselheiros não-governamentais deveriam ser eleitos pelos pares (entidades, conselhos profissionais, associações e familiares e outras organizações) em Conferências ou Assembleias.

Porém, a realidade é que, além de as minorias não participarem ativamente destes conselhos e, consequentemente, das decisões políticas neles tratadas, os critérios-chave da SPA não são valorizados. Amartya Sen, um renomado economista e filósofo indiano é amplamente reconhecido por suas contribuições em diversos campos, como a economia do bem-estar, a teoria do desenvolvimento, a ética e a filosofia política. Em seu livro, “Desenvolvimento como Liberdade” (2000) aborda que uma das maneiras mais eficazes de se contrapor a problemas que as Políticas Públicas se propõem a resolver é garantir a participação ativa das pessoas afetadas

ISSN 3086-2531

por essas questões nas políticas públicas. A participação não apenas é essencial para o funcionamento efetivo da democracia, mas também desempenha um papel fundamental na transformação das condições sociais e econômicas, permitindo que os mais pobres e vulneráveis reivindiquem seus direitos e contribuam para a construção de um futuro melhor.

O CENÁRIO EDUCACIONAL BRASILEIRO E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Se observarmos a Educação no Brasil, nos últimos 40 anos, tivemos diversas políticas públicas relacionadas à educação. A Fundação Fernando Henrique Cardoso publicou em seu site[4] uma linha do tempo das Políticas Públicas em Educação, de José Sarney (1985 -1990) a Michel Temer (2016 - 2019). São mais de 50 ações do Governo Brasileiro, distribuídas ao longo dos mandatos presidenciais.

A ênfase da curadoria temporal é destacar como após um período de ditadura militar, a sociedade civil organizada buscou juntamente com a Assembleia Constituinte assegurar que a educação faça parte das prioridades governamentais desde então. Foi só em 1988, por exemplo, que o ensino público se tornou um direito do cidadão e um dever do Estado e da Família. Esta política pública de obrigatoriedades da frequência no ensino fundamental buscou diminuir o analfabetismo, que atingiu mais de 30 milhões de cidadãos, ou seja, 25% da população na época (IBGE, 1998).

Segundo o IBGE (2010), a 'Taxa de Analfabetismo' – referente à população de 15 anos ou mais – é definida como 'o percentual de pessoas que declaram não saber ler e escrever um bilhete simples. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, e a que apenas assina o próprio nome são, também, consideradas analfabetas[5]" continuam a representar uma parcela vergonhosa da nossa sociedade.

Os dados da PNAD Contínua (Pnad-c), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas, conduzido pelo IBGE (2023), revelam que o Brasil tem 5,6% de analfabetos com mais de 15 anos de idade. Como o censo do IBGE (2022) contabilizou 203.063.512 brasileiros, significa que 11.371.556 não sabem ler e

[4] Fonte: https://fundacaofhc.org.br/linhasdotempo/educacao/
[5] Fonte: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,3,4,-3,128&ind=4693

ISSN 3086-2531

escrever. Os analfabetos funcionais, segundo o mesmo relatório, são 11,4% da população brasileira, o que significa que 23.149.240, apesar de terem, em média, quatro anos de escolaridade não sabem ler e escrever. Os analfabetos e os analfabetos funcionais somam 34.520.769 brasileiras e brasileiros.

A situação dos analfabetos e analfabetos funcionais dos maiores de 15 anos atinge 16,99% da população brasileira, sendo que até 2012, segundo a UNESCO[6], o Brasil contabilizava a 8ª maior população analfabeta do mundo, posição que oscilou nos últimos 10 anos por variações médias de 0,2 (p.p.) por ano, ou seja, em torno de 300.000 brasileiros são retirados desta condição indigna. Com uma redução de 0,2 (p.p) ao ano, o Brasil levará 28 anos para erradicar o analfabetismo absoluto e um tempo incalculável para erradicar o analfabetismo funcional. Ou seja, não adianta estabelecer políticas públicas de educação se elas não atendem verdadeiramente os mais vulneráveis e se não consegue responder aos anseios da sociedade civil organizada em uma Democracia e em um Estado de Direito estabelecido. Diante desses desafios educacionais, torna-se necessário repensar as políticas sob uma perspectiva mais inclusiva de saberes, conforme discutiremos a seguir.

ESPAÇO A OUTROS SABERES NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Boaventura de Sousa Santos, sociólogo e professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, em seu livro "A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política", explora a necessidade de uma democracia mais participativa, na qual a sociedade civil organizada tem um papel ativo na formulação de políticas públicas. Ele defende a importância de uma democracia que inclua diversos atores e perspectivas, superando a visão hegemônica e eurocêntrica do conhecimento (Santos, 2006). Para Santos (2010), faz-se necessária a adoção de epistemologias alternativas, bem como a descolonização do conhecimento, no processo de participação cidadã nesta construção de políticas públicas.

Nessa perspectiva, a sociedade atual precisa superar as limitações do pensamento abissal, não mais permitindo que a divisão entre o conhecimento

[6] Fonte: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232435

ISSN 3086-2531

hegemônico e o conhecimento subalterno se façam presentes nas rodas de discussão sobre assuntos globais (Santos, 2010). Para o autor, o pensamento abissal, além de dominante nos diálogos entre atores sociais e governamentais é caracterizado por uma hierarquização dos saberes, em que alguns conhecimentos científicos, sobretudo os produzidos no hemisfério norte, são colocados como balizadores das discussões e decisões, enquanto outras formas de conhecimento são relegadas a uma posição inferior, muitas vezes invisibilizadas. Nesse contexto, o que Santos (2010) define como ecologia dos saberes propõe uma valorização de outras epistemologias, de outras construções de conhecimentos, reconhecendo que diferentes grupos sociais e culturais também possuem conhecimentos válidos, legítimos e importantes para comporem as decisões tomadas pelo privado e pelo público.

A ecologia dos saberes deve ser aplicada no protagonismo social, mesmo que originária de grupos menos representativos atualmente. Arturo Escobar, antropólogo colombiano, cujo trabalho se concentra nas relações entre poder, conhecimento e desenvolvimento dos povos indígenas, argumenta que a ecologia dos saberes é uma forma de "pensar com a terra" e reconhecer a importância dos conhecimentos locais. (Escobar, 2019). O autor reitera que a ecologia dos saberes é mais que uma metodologia, é uma ética e uma política que busca reconhecer a diversidade de culturas e cosmovisões, permitindo que diferentes formas de conhecimento se encontrem. Ambos, Santos e Escobar, enfatizam a importância de uma epistemologia aberta e inclusiva, que reconheça a contribuição de múltiplos saberes para a compreensão e transformação do mundo. A ecologia dos saberes se apresenta como uma alternativa promissora para a construção de um conhecimento plural e sensível às realidades sociais e culturais advindas das representações.

Para que estes saberes sejam aproveitados, é necessário o envolvimento destes outros atores. Sherry R. Arnstein (1969), no seu artigo intitulado "A Ladder of Citizen Participation", apresenta a teoria de que a participação cidadã em políticas públicas se dá por meio de diferentes níveis ou degraus de envolvimento. A metáfora usada para ilustrar estes níveis é de uma "escada" que define o quanto se pode ascender na participação nas decisões sobre os rumos da sociedade. O conceito da "escada da participação" é amplamente reconhecido e utilizado na literatura sobre

ISSN 3086-2531

democracia participativa e políticas públicas. Arnstein (2002, p. 4) afirma que “A participação dos governados no seu governo é, em teoria, a pedra fundamental da democracia [...]. Porém, o forte aplauso se reduz a leves palmas quando este princípio é defendido pelos grupos dos sem-nada”.

A primeira parte da resposta para o problema de pesquisa - “Por que toda a sociedade civil organizada deve alcançar ‘níveis de poder cidadão’ na participação da definição de políticas públicas educacionais de qualidade?” - é porque ao não alcançar o topo dos degraus desta escada, a sociedade civil organizada, sobretudo as minorias, sempre estará sujeita a permanecer na estagnação. Não haverá avanço aos menos favorecidos se estes não forem conduzidos aos degraus mais elevados. E isto é uma responsabilidade nossa, daqueles que já “alcançaram” esta posição privilegiada.

COMO A “ESCADA DA PARTICIPAÇÃO” PODE SER ESTABELECIDA COM DEGRAUS BEM DEFINIDOS

A "escada da participação" de Arnstein (1969) descreve diferentes níveis de envolvimento da sociedade civil organizada em políticas públicas. É uma metáfora que representa a progressão da participação. O Quadro 02 mostra os oito níveis.

Quadro 02: Degraus da Escada da Participação

Controle do Cidadão ou Controle total do processo de decisão	No topo da escada, os cidadãos têm controle total sobre o processo de decisão e são os principais responsáveis pelas políticas públicas. A participação é genuína e os cidadãos têm a capacidade de influenciar e determinar diretamente as políticas e programas
Delegação de poder	Os cidadãos têm poder substancial de decisão e são responsáveis por tomar decisões em conjunto com as autoridades governamentais. A colaboração entre governo e sociedade civil é enfatizada.
Parceria ou Compartilhamento de poder	A participação se torna mais significativa, e os cidadãos têm a oportunidade de influenciar as decisões e compartilhar o poder com as instituições governamentais. As vozes dos cidadãos são levadas em conta na formulação das políticas
Pacificação ou Envolvimento	Os cidadãos são convidados a se envolver em discussões e debates mais substanciais sobre políticas e programas. Suas contribuições são consideradas, mas a autoridade final de decisão permanece nas mãos das instituições governamentais
Consulta	As autoridades buscam a opinião dos cidadãos por meio de pesquisas de

ISSN 3086-2531

	opinião, audiências públicas ou outros mecanismos de consulta. No entanto, a participação dos cidadãos se resume a dar opiniões, sem garantia de que suas ideias serão levadas em consideração nas decisões finais
Informação	Os cidadãos recebem informações sobre políticas ou programas, mas não têm a oportunidade de responder ou influenciar as decisões. A participação ainda é limitada, pois não há espaço para o feedback ou diálogo real
Terapia	Os cidadãos são convidados a participar de programas que visam mudar seu comportamento ou atitudes, mas sua influência real sobre as políticas é limitada. Essa participação é considerada simbólica e não oferece espaço para o diálogo significativo
Manipulação	Na base da escada, a participação é mínima ou inexistente. Os cidadãos são tratados como objetos e não têm oportunidade de contribuir ou influenciar as políticas. Nesse nível, a participação é superficial e controlada pelas autoridades

Fonte: Arnstein (1969).

A escada da participação de Arnstein serve como uma ferramenta conceitual para analisar a natureza e a extensão da participação cidadã em políticas públicas, destacando a importância da inclusão e do empoderamento dos cidadãos na tomada de decisões que afetam suas vidas. Quanto mais se “sobe”, maior é o nível de poder participativo do cidadão (ou da sociedade civil organizada). No quadro abaixo, os 8 degraus são associados aos níveis de participação, como apresenta o Quadro 03.

Quadro 03: Associações entre os degraus e os níveis de participação

8	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

Fonte: Arnstein (1969)

Fica evidenciado que ao “subirmos” os degraus da escada de Arnstein (1969), no caso deste ensaio, aplicando este movimento em direção aos níveis de poder cidadão, o tema das políticas públicas educacionais, baseados nos Objetivos de

ISSN 3086-2531

Desenvolvimento Sustentável, no subobjetivo 4, Educação de Qualidade terá muito mais abrangência e poder de atingimento de suas metas para o próximo ano de 2030.

METODOLOGIA: COMO VAMOS ANALISAR, DAQUI PARA FRENTE, COMO CONSEGUIMOS CHEGAR NO 'NÍVEL DE PODER CIDADÃO' APRESENTADO?

A segunda parte da resposta à pergunta: "Por que toda a sociedade civil organizada deve alcançar 'níveis de poder cidadão' na participação da definição de políticas públicas educacionais de qualidade?" Sem uma metodologia clara não será possível determinar se o protagonismo exigido e anunciado "aconteceu". O alcance de níveis de poder cidadão precisa ser reproduzido em larga escala pela sociedade civil organizada nos fóruns de discussão sobre políticas públicas em educação.

Este alcance só será possível se a Política Pública Educacional atender as características da SPA (2023), ter um objetivo orientado à raiz do problema e não às suas consequências, ter o interesse de todos os públicos, inclusive os minoritários, ter autoridade e legitimidade chancelada por todos os atores envolvidos, tomar decisões que façam parte de um processo contínuo, dar acesso aos instrumentos de política com todas as dimensões estratégicas, táticas e operacionais, implementar e avaliar em ciclos de melhoria contínua, ser dinâmica e adaptável a cada avanço ou mudanças que acontecem num contexto BANI (Frágil, Ansioso, Não-linear e incompreensível). Engajar todas as partes e mantê-las informadas. Não adianta alcançar o nível de poder cidadão e criar políticas públicas educacionais, exclusivas, tendenciosas, parciais, que mantenham os grupos dominantes neste degrau.

Neste contexto, Santos (2010) destaca a importância da participação da sociedade civil na construção de um conhecimento mais plural e inclusivo. Ele argumenta que o pensamento abissal, caracterizado pela hierarquização dos saberes, tem excluído muitas vozes e perspectivas importantes da esfera pública.

Um estudo de Avritzer (2002) sobre a experiência de orçamento participativo em Porto Alegre, Brasil, destaca como a sociedade civil organizada pode influenciar as decisões políticas por meio de mecanismos participativos. O autor argumenta que a participação dos cidadãos nesse processo tem o potencial de reduzir a desigualdade

ISSN 3086-2531

e promover uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos. Outro exemplo é Cornwall (2008), que analisa as práticas de empoderamento da sociedade civil em países em desenvolvimento. A autora destaca como a participação da sociedade civil pode contribuir para a construção de uma cidadania ativa e engajada, capaz de influenciar as políticas públicas em benefício das comunidades marginalizadas.

O tema da apropriação das políticas públicas pela sociedade civil organizada é fundamental para compreendermos como o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas pode levar a políticas mais justas, inclusivas e efetivas. A metodologia proposta para uma resposta mais completa é a Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough (2013), seguindo os passos do Quadro 04.

Quadro 04: Passos da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2013)

Passo 1: Seleção do corpus	Escolha de textos relevantes para a pesquisa que expressem relações de poder e ideologia. Podem ser textos políticos, discursos midiáticos, documentos oficiais, entre outros
Passo 2: Análise do contexto social	Contextualização dos textos selecionados, levando em consideração o contexto social, político e cultural em que foram produzidos.
Passo 3: Análise linguística	Identificação das estruturas linguísticas e discursivas utilizadas nos textos, tais como a escolha lexical, a organização do discurso, a presença de metáforas e outras figuras de linguagem.
Passo 4: Identificação das relações de poder e ideologia	Analisar como o texto representa diferentes grupos sociais e como são construídas as relações de poder e hierarquia. Identificar como a linguagem é usada para legitimar ou contestar ideologias dominantes.
Passo 5: Análise do discurso como prática social	Investigar como o texto se relaciona com outras práticas sociais e como contribui para a reprodução ou transformação das estruturas sociais e ideológicas.
Passo 6: Reflexão crítica	Realizar uma reflexão crítica sobre as implicações das relações de poder e ideologia presentes nos textos analisados, buscando compreender como eles afetam a vida das pessoas e da sociedade como um todo.

Fonte: Fairclough (2013)

A APLICAÇÃO DO MÉTODO: DO *CORPUS* ATÉ A REFLEXÃO CRÍTICA

Os primeiros passos, que constituem a seleção de um corpus dos documentos que permitem uma apropriação de todas as informações que podem sustentar a criação das políticas públicas com a participação em degraus mais elevados pela

ISSN 3086-2531

sociedade civil organizada são decisivos para os estudos políticos e sociais. Esse conceito refere-se ao processo pelo qual os grupos e organizações da sociedade civil participam com maior propriedade na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, influenciando suas diretrizes e resultados.

A participação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas públicas embasadas no segundo passo, que é a análise do contexto social baseado em informações, documentações, leis, modelos conceituais, estudos é fundamental para garantir a representatividade e a incorporação de diferentes perspectivas e interesses no resultado da política. Ao envolver os cidadãos bem-informados (empoderados) nos processos decisórios, é possível tornar as políticas mais sensíveis às necessidades da população e mais efetivas em suas ações.

A cooperação entre diferentes atores, como o governo e a sociedade civil organizada, é essencial para viabilizar a implementação da ecologia dos saberes. Essa colaboração permite que os conhecimentos e experiências se complementem, criando soluções mais integradas e sustentáveis para os problemas sociais, permitindo que o terceiro e quarto passos se consolidem: Análise linguística e a Identificação das relações de poder e ideologia.

O RESULTADO DA PROGRESSÃO NOS DEGRAUS DA PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO: A SOCIEDADE CIVIL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para o quinto passo, a análise do discurso como prática social, a participação ativa da sociedade civil na esfera política é fundamental para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Através da participação, os cidadãos têm a oportunidade de influenciar as decisões governamentais, contribuir com diferentes perspectivas e conhecimentos, e assegurar que seus interesses e necessidades sejam levados em consideração na formulação das políticas públicas. Santos (2006, p. 64) enfatiza a importância da participação da sociedade civil como um dos pilares da ecologia dos saberes, destacando que “O conhecimento da realidade social é, pois, necessariamente parcial e localizado. Daí a

ISSN 3086-2531

necessidade de a sociedade democrática permitir que todos os setores sociais sejam representados em todas as questões sociais relevantes".

Com a participação ativa da sociedade civil é possível promover a transparência nas decisões políticas e evitar práticas autoritárias e concentradoras de poder. A inclusão de diferentes vozes e perspectivas enriquece o debate público e contribui para a formação de políticas mais abrangentes e efetivas. Como destaca Putnam (1993), a participação ativa dos cidadãos na esfera política também fortalece o capital social, criando laços e cooperação entre os diferentes atores sociais.

Além disso, a participação da sociedade civil na esfera política é essencial para garantir que as políticas públicas sejam implementadas de forma responsável e de acordo com as necessidades da população. O monitoramento e a fiscalização das ações governamentais podem assegurar que as políticas sejam executadas de forma transparente e em conformidade com os princípios democráticos.

OUTROS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

O sexto passo, que é reflexão crítica, se dá pela prática dos passos anteriores e da progressão ao topo da escada. A criação de mecanismos que garantam o avanço das políticas públicas de educação, materializadas pela adesão aos diversos mecanismos criados em conjunto com a participação da sociedade civil visa garantir uma maior inclusão e representatividade de uma Educação de Qualidade. Por exemplo, alguns desses mecanismos já estão instituídos, mas, não necessariamente tem a participação em degraus mais elevados por parte da sociedade civil organizada. Vejamos alguns deles:

● Conselhos e Comissões Participativas: São espaços institucionais compostos por representantes da sociedade civil e governo que atuam na formulação e avaliação de políticas públicas em áreas específicas. Esses conselhos permitem que diferentes grupos e organizações da sociedade contribuam com suas perspectivas e demandas. Segundo Arretche (2012, p.266), "Os conselhos gestores constituem uma forma de garantir maior controle social das políticas públicas e, com isso, maior possibilidade de sua conformação segundo as necessidades, desejos e demandas dos cidadãos".

ISSN 3086-2531

● Conferências e Audiências Públicas: São eventos em que a sociedade civil participa ativamente e apresenta opiniões e propostas em relação a questões específicas. Essas conferências e audiências permitem o diálogo direto entre cidadãos e formuladores de políticas públicas, possibilitando interação e troca de conhecimentos.

● Orçamento Participativo: mecanismo no qual cidadãos podem decidir sobre parte dos investimentos públicos em suas comunidades. O processo envolve a realização de assembleias públicas, em que cidadãos podem propor e votar em projetos e ações.

● Consultas Públicas: processos nos quais o governo disponibiliza à sociedade civil manifestar-se sobre projetos de lei, políticas ou programas em elaboração, permitindo a apresentação de opiniões e sugestões antes que as decisões sejam tomadas.

● Plataformas Digitais e Redes Sociais: A utilização das tecnologias da informação e comunicação tem facilitado a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas. Plataformas digitais e redes sociais informam sobre políticas em discussão e permitem envio de contribuições e opiniões de forma ágil e acessível.

● Campanhas e Mobilizações: A sociedade pode se organizar e mobilizar com campanhas e manifestações para influenciar a formulação de políticas públicas, sensibilizando formuladores e a opinião pública para a importância das questões.

Esses mecanismos são fundamentais para assegurar que uma reflexão, após suas operacionalizações, aponte para as políticas públicas como meios eficientes da construção coletiva e participativa, considerando a diversidade de interesses e perspectivas presentes na sociedade. Como destaca Abrucio (2013, p.111), "os mecanismos participativos são capazes de fomentar inovação e de conferir maior legitimidade e qualidade às decisões tomadas".

É importante ressaltar que a efetividade desses mecanismos depende de uma série de fatores, como a disponibilidade de informações claras e acessíveis, a capacidade de mobilização e organização da sociedade civil, e a disposição do governo em acolher e considerar as contribuições dos cidadãos. Além disso, é

ISSN 3086-2531

necessário que esses espaços de participação sejam inclusivos e representativos, garantindo que diferentes grupos e comunidades tenham voz e sejam ouvidos no processo decisório. Conforme discutido nos degraus de Arnstein (1969) e na metodologia de Fairclough (2013), apresentados até aqui, essa inclusão é mandatória.

O PAPEL DO DIÁLOGO E DA ESCUTA ATIVA NA INCORPORAÇÃO DE SABERES

Uma vez aplicada esta metodologia e avançado nos degraus rumo ao topo da escada, faz-se necessário que o diálogo e a escuta ativa sejam mantidos na incorporação de diferentes perspectivas e saberes no processo de formulação de políticas públicas futuras. Essa abordagem colaborativa permite que a sociedade civil e os atores governamentais interajam de forma construtiva, compartilhando conhecimentos, experiências e necessidades, a fim de alcançar soluções mais abrangentes e sensíveis à diversidade da realidade social. Alguns exemplos da importância do diálogo e da escuta ativa na construção de políticas mais inclusivas podem ser elencados, conforme a lista abaixo:

- Diálogo como base para a construção de políticas públicas: O filósofo e educador Paulo Freire enfatizou o papel essencial do diálogo como um processo de troca de conhecimentos e experiências entre os atores envolvidos no contexto educacional. Segundo ele, "não há diálogo verdadeiro se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens" (Freire, 2019, p. 100). Essa perspectiva também pode ser aplicada ao contexto político, em que o diálogo autêntico deve ser permeado pelo respeito e pelo reconhecimento da humanidade e da dignidade de todos os envolvidos.
- Escuta ativa e representatividade: A psicóloga social Karen Barad destaca que a escuta ativa é um elemento crucial para garantir a representatividade de todas as vozes na construção do conhecimento e na tomada de decisões. Ela afirma que "a escuta não é simplesmente passiva, mas uma forma de responsabilidade e responsividade" (Barad, 2014, p. 140). Isso significa que a escuta ativa implica uma postura ativa de acolhimento e consideração das perspectivas dos outros, valorizando suas experiências e saberes.

ISSN 3086-2531

● Integração de conhecimentos plurais: Santos (2006. P. 38) defende a ecologia dos saberes como uma abordagem que busca integrar diferentes conhecimentos e saberes, valorizando a diversidade de perspectivas. Ele argumenta que "a ecologia de saberes visa a tradução entre saberes em pé de igualdade, sem hierarquia de dominância". Nesse sentido, o diálogo e a escuta ativa são essenciais para reconhecer a riqueza dos conhecimentos plurais presentes na sociedade.

● Empoderamento e cidadania ativa: O sociólogo e cientista político Archon Fung enfatiza o papel do diálogo e da escuta na promoção do empoderamento dos cidadãos e na construção de uma cidadania mais ativa. Segundo ele, "o diálogo público bem projetado pode capacitar os participantes, gerando maior confiança nas capacidades uns dos outros e um senso de coletividade" (Fung, 2006, p. 418). Através do diálogo, os cidadãos são encorajados a se envolver ativamente na esfera pública e a se tornarem agentes de mudança.

● Superar desigualdades e exclusões: O antropólogo James Ferguson argumenta que o diálogo e a escuta ativa são cruciais para superar as desigualdades e exclusões sociais. Ele destaca que "a questão não é apenas fazer ouvir as vozes marginalizadas, mas também transformar a natureza do ouvido" (Ferguson, 1990, p. 180). Isso implica em ir além da mera inclusão formal, garantindo que as vozes daqueles que historicamente foram excluídos e silenciados sejam genuinamente consideradas e levadas em conta no processo de formulação de políticas.

ENCAMINHANDO O RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE DE SABERES

A resposta à pergunta: “Por que toda a sociedade civil organizada deve alcançar ‘níveis de poder cidadão’ na participação da definição de políticas públicas educacionais de qualidade?”, consolida-se, então, por meio da diversidade proposta pela ecologia dos saberes. Essa abordagem tem como base o reconhecimento dos conhecimentos locais e tradicionais, entendidos como um valioso ‘motor’ para políticas públicas de educação que contribuam para o cumprimento do ODS 4 – Educação de Qualidade.

ISSN 3086-2531

A ecologia dos saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos, corrobora com a abordagem que visa reconhecer e valorizar os conhecimentos locais e tradicionais presentes em comunidades e culturas marginalizadas. Essa perspectiva defende a ideia de que existem múltiplas formas de conhecimento, cada uma com sua própria validade e relevância para compreender e intervir nos problemas enfrentados pela sociedade. Algumas referências e citações que exploram a importância da ecologia dos saberes na valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, nos levam a considerar como este elemento não pode estar ausente no momento da construção das políticas públicas, a saber:

● A valorização dos conhecimentos indígenas e tradicionais: A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha destaca a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos das populações indígenas e tradicionais, afirmando que "seus conhecimentos não são conhecimentos de povos primitivos, mas de povos em uma situação colonial, vítimas de um duplo silenciamento" (Cunha, 2009, p. 16). A ecologia dos saberes busca superar esse silenciamento, valorizando contribuições das comunidades para a compreensão e manejo dos recursos naturais e da biodiversidade.

● A diversidade de saberes como potencial para a resolução de problemas: Davis (2009, p. 12) enfatiza a importância de reconhecer a diversidade de saberes como uma fonte potencial para a resolução de problemas globais. Ele afirma que "as diferentes culturas do mundo não são falhas da mente humana para se ajustar a circunstâncias imutáveis; são expressões da imaginação e da adaptabilidade humana". A ecologia dos saberes reconhece que soluções aos desafios contemporâneos podem encontrar-se na diversidade.

● O conhecimento local como parte integrante da sustentabilidade: O sociólogo Arturo Escobar argumenta que os conhecimentos locais são uma parte integrante da sustentabilidade e da resiliência dos sistemas sociais e ecológicos. Ele destaca que "os sistemas de conhecimento locais e indígenas são especialmente importantes para a sustentabilidade ecológica e para a criação de novas abordagens para a vida" (Escobar, 2018, p. 7). A ecologia dos saberes reconhece a importância de integrar esses conhecimentos nas políticas e práticas de desenvolvimento sustentável.

ISSN 3086-2531

● O pluralismo epistemológico e igualdade de saberes: A filósofa feminista Sandra Harding defende o pluralismo epistemológico como um caminho para alcançar a igualdade de saberes e promover a justiça cognitiva. Segundo ela, "tratar os diferentes sistemas de conhecimento com igualdade não significa aceitar todos os saberes como igualmente válidos, mas sim igualdade de oportunidades para que os conhecimentos possam ser compartilhados, criticados e coexistirem" (HARDING, 2015, p. 23). A ecologia dos saberes busca justamente criar espaços de diálogo e interação entre diferentes formas de conhecimento, evitando hierarquias epistêmicas.

● Os direitos culturais e conhecimentos tradicionais: A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais e a necessidade de proteger e preservar esses saberes. O artigo 31 da declaração afirma que "os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seus conhecimentos tradicionais, tecnologias tradicionais e suas expressões culturais" (NAÇÕES UNIDAS, 2007). A ecologia dos saberes está alinhada com esses princípios, defendendo a proteção dos conhecimentos locais e tradicionais como um patrimônio humano e cultural.

O QUE RESTA APÓS RESPONDER À PERGUNTA?

Os desafios e avanços na incorporação de saberes diversos nas políticas públicas estão intrinsecamente conectados com a proposta da ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos. O reconhecimento da diversidade de saberes e o combate à hierarquia epistêmica são fundamentais à construção de políticas inclusivas e sensíveis às necessidades e realidades de comunidades marginalizadas.

Os textos anteriores destacaram a importância da participação da sociedade civil na esfera política e os mecanismos de participação para a elaboração de políticas mais democráticas e representativas. Nesse sentido, a incorporação de saberes diversos é um aspecto-chave para garantir a representatividade das políticas públicas e a inclusão de diferentes perspectivas. Além disso, a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, como destacado nas citações e referências anteriores, é um dos pilares da ecologia dos saberes. A superação dos desafios mencionados requer o

ISSN 3086-2531

fortalecimento da identidade cultural das comunidades e a garantia de seus direitos culturais, conforme reconhecido em documentos internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

O diálogo e a escuta ativa, discutidos anteriormente, são ferramentas fundamentais para a incorporação de saberes diversos nas políticas públicas. A promoção do diálogo entre diferentes atores sociais, incluindo representantes da sociedade civil e comunidades tradicionais, possibilita a construção de políticas mais contextualizadas e efetivas.

Em suma, os desafios e avanços na incorporação de saberes diversos nas políticas públicas estão intimamente relacionados com a visão da ecologia dos saberes. A valorização da diversidade de conhecimentos e a promoção do diálogo entre diferentes atores são aspectos essenciais para a construção de políticas mais justas, participativas e sustentáveis. A superação dos desafios requer um esforço conjunto da sociedade civil, governos e instituições, visando promover uma abordagem mais inclusiva e plural na formulação e implementação das políticas públicas. A incorporação de saberes diversos nas políticas públicas enfrenta diversos desafios, mas também tem experimentado avanços significativos. Essa questão está intimamente ligada à proposta da ecologia dos saberes, que busca reconhecer e valorizar a pluralidade de conhecimentos presentes na sociedade.

IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS PARTICIPATIVAS E ABRANGENTES

A incorporação da sociedade civil organizada na elaboração e implementação de políticas públicas é essencial para a construção de sociedades mais participativas, inclusivas e justas. A ecologia dos saberes oferece um arcabouço teórico que permite reconhecer a diversidade de conhecimentos presentes na sociedade, valorizando saberes locais, tradicionais e experiências práticas. Essa abordagem interdisciplinar e inclusiva possibilita a formulação de políticas mais abrangentes e sensíveis às necessidades das comunidades envolvidas.

ISSN 3086-2531

A participação ativa da sociedade civil na formulação de políticas permite que diferentes perspectivas e vozes sejam consideradas, evitando a imposição de soluções unilaterais e descontextualizadas. Nesse sentido, a abertura ao diálogo e a escuta ativa são elementos cruciais para a construção de políticas mais efetivas e legitimadas pelo consenso social (Burchardt *et al*., 2018).

As políticas públicas que valorizam e promovem a diversidade de saberes são aquelas que reconhecem os conhecimentos locais como recursos valiosos para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Exemplos concretos de políticas inclusivas podem ser observados em diferentes países e regiões. No Brasil, por exemplo, o reconhecimento dos saberes tradicionais na legislação sobre o uso sustentável dos recursos naturais, como a Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), representa um avanço significativo na promoção da justiça cognitiva e na valorização dos conhecimentos ancestrais (Diegues, 2017).

A implementação da ecologia dos saberes enfrenta desafios, como resistência a mudanças paradigmáticas e a persistência de lógicas coloniais e eurocêntricas na produção de conhecimento. No entanto, é importante ressaltar que avanços têm sido alcançados, impulsionados pela atuação ativa da sociedade civil organizada na defesa de políticas públicas mais inclusivas e abrangentes (Santos, 2014).

PERSPECTIVAS À APROPRIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O maior desafio a ser superado, mesmo que tenhamos muitos outros, é perspectiva que a sociedade civil organizada, alcance uma influência mais significativa na elaboração das políticas públicas educacionais, valendo-se, por exemplo, do método sugerido e com os tópicos de compreensão propostos pela SPA. Certamente, a resistência de setores conservadores, a burocracia estatal, a falta de recursos e capacitação das organizações da sociedade civil, bem como a cooptação política de alguns movimentos ainda se constituirá em obstáculo ou entrave para tal influência – atingimento do degrau superior da escada de participação.

Porém, observando com olhos de quem acredita numa mudança de atitude, ou seja, vislumbrando um futuro promissor para a apropriação dos rumos das políticas

ISSN 3086-2531

públicas educacionais pela sociedade civil organizada nas suas formulações, implementações e fiscalizações, não se pode deixar de destacar que este futuro precisa continuar a evoluir em diversas áreas como:

● O fortalecimento da participação cidadã: A sociedade civil organizada tem se mostrado cada vez mais engajada e ativa na esfera política, buscando ampliar sua participação nos processos de tomada de decisão. Iniciativas de participação popular, como conselhos, audiências públicas e consultas, tendem a se fortalecer, permitindo que diferentes grupos e comunidades expressem suas demandas e perspectivas.

● A ampliação do reconhecimento dos saberes locais e tradicionais: A ecologia dos saberes proposta por Sousa Santos tem o potencial de estimular a valorização dos conhecimentos locais e tradicionais, inserindo-os nas políticas públicas. A promoção de políticas que reconheçam a riqueza desses saberes e sua importância para o desenvolvimento sustentável pode ser uma perspectiva futura promissora.

● O investimento em capacitação e educação: É essencial investir em capacitação e educação para fortalecer as organizações da sociedade civil, garantindo que elas possuam os recursos necessários para participar efetivamente das políticas públicas.

● O estímulo ao diálogo e a escuta ativa: Formuladores de políticas devem promover o diálogo e a escuta ativa, garantindo que as vozes da sociedade civil sejam ouvidas e consideradas no processo de tomada de decisão.

● A intersetorialidade e abordagem interseccional: O reconhecimento da complexidade das questões sociais demanda uma abordagem interseccional, que leve em conta as interseções entre raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outros aspectos da identidade. A sociedade civil organizada pode desempenhar um papel fundamental ao chamar a atenção para essas questões e demandar políticas públicas que enfrentem as múltiplas dimensões da desigualdade e da discriminação.

● O acesso e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs): As TICs oferecem novas possibilidades para a participação e mobilização da sociedade civil organizada. Redes sociais, plataformas digitais e aplicativos podem ser utilizados para promover campanhas, mobilizar apoiadores e ampliar o alcance das demandas da sociedade civil, tornando-as mais visíveis e acessíveis.

ISSN 3086-2531

● O diálogo global e aprendizado coletivo: O compartilhamento de experiências e aprendizados entre organizações da sociedade civil em nível global pode fortalecer suas ações e estratégias. A colaboração internacional pode ser enriquecedora para a construção de políticas mais efetivas, especialmente em questões globais, como as mudanças climáticas e os direitos humanos.

CONCLUSÕES PARCIAIS

A participação da sociedade civil organizada na apropriação da política pública é essencial para a construção de sociedades mais inclusivas, justas e democráticas. A ecologia dos saberes oferece uma base teórica importante para valorizar a diversidade de conhecimentos presentes na sociedade, permitindo a incorporação de saberes locais, tradicionais e científicos nas políticas públicas. A participação ativa da sociedade civil, o diálogo interativo e a abordagem interseccional são elementos-chave para a construção de políticas mais abrangentes e efetivas.

O avanço das tecnologias da informação e comunicação oferece novas oportunidades para o engajamento e mobilização da sociedade civil, ampliando sua capacidade de influência nas decisões políticas. No entanto, é importante enfrentar os desafios presentes, buscando superar resistências e promovendo a capacitação e fortalecimento das organizações da sociedade civil. O futuro da apropriação da política pública pela sociedade civil organizada dependerá da capacidade de articulação, mobilização e cooperação entre os diversos atores sociais, bem como da vontade política de governos e instituições em acolher e incorporar as demandas da sociedade civil nas políticas públicas.

Através da revisão da literatura, análise de conceitos fundamentais e estudos de casos, pudemos chegar a algumas conclusões importantes:

Conclusão 1: A ecologia dos saberes oferece uma base teórica importante para reconhecer e valorizar conhecimentos locais e tradicionais, complementando o conhecimento científico e permitindo políticas mais contextualizadas.

Conclusão 2: A abordagem interseccional é fundamental para compreender as interações entre raça, gênero, classe social e outras dimensões, e a sociedade civil

ISSN 3086-2531

tem papel central em destacar essas intersecções e demandar políticas mais equitativas.

Conclusão 3: O diálogo e a escuta ativa são cruciais para incorporar diferentes perspectivas nas políticas públicas, tornando a tomada de decisão mais informada e inclusiva.

Desafios: Persistem obstáculos como resistências político-burocráticas, falta de recursos e cooptação de movimentos sociais, mas a crescente mobilização da sociedade civil e o uso de novas tecnologias oferecem perspectivas promissoras.

Ao final deste ensaio, fica evidente que a participação ativa da sociedade civil organizada é uma força essencial para a construção de políticas públicas abrangentes, justas e eficazes. É necessário um esforço conjunto de governos, instituições e da própria sociedade para promover uma abordagem inclusiva e participativa, garantindo que as políticas públicas reflitam a diversidade e as necessidades de todas as comunidades. Somente através desta colaboração serão alcançados avanços rumo a uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Participação e Sociedade Civil: Conceitos e Dimensões. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 109-132, 2013.

ARNSTEIN, Sherry R. A ladder of citizen participation. Journal of the American Institute of planners, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Implementação e Desenho Institucional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 263-276, 2012.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: a democratização pelo lado da sociedade. Lua Nova, São Paulo, n. 55, p. 121-150, 2002.

BARAD, Karen. Difração: Um encontro feminista entre a física e a filosofia. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, p. 128-163, 2014.

BURCHARDT, H. J., Höll, M., Janus, A. L. "Policy Analysis in Brazil". Policy Analysis in Germany. Springer, 2018.

ISSN 3086-2531

CORNWALL, Andrea. Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse. Development in Practice, v. 18, n. 4-5, p. 471-484, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Os direitos dos outros: o objeto do conhecimento e a crítica da antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.

DAVIS, Wade. A ética do explorador: histórias de um antropólogo entre os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

DIEGUES, A. C. "Sociobiodiversidade: conceitos e dimensões". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 32, n,94, 2017.

ESCOBAR, A. "Sentipensar com a Terra: as lutas socioambientais como pedagogias de futuro". São Paulo: Editora Autêntica, 2018.

ESCOBAR, Arturo. Sentipensar com a terra: novas leituras sobre desenvolvimento, território e diferenciação. Bauru, SP: Edusc, 2019.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora UnB, 2013.

FERGUSON, James. The Anti-Politics Machine: Development, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 64ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FUNG, Archon. Varieties of Participation in Complex Governance. Public Administration Review, v. 66, p. 66-75, 2006.

HARDING, Sandra. Ciência e feminismo: a abordagem feminista da ciência e a epistemologia feminista. Bauru: EDUSC, 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. PNAD Contínua 2023: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. 2007. Disponível em: http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide". Routledge, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010). [obra utilizada – confirmar qual].

ISSN 3086-2531

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHOOL OF POLITICAL SCIENCE. Characteristics of Public Policy. 2023. Disponível em: https://schoolofpoliticalscience.com/characteristics-of-public-policy/

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNESCO. Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2012. Paris: UNESCO, 2012.

Recebido em: 10/08/2025.
Aprovado em: 30/10/2025.